

Está Pronto o Sul para a **Cooperação Sul-Sul**?

por Melissa Andrade, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

Há elevadas expectativas de que a cooperação Sul-Sul trará muitos benefícios. Mas estão os governos do Sul realmente dispostos a cooperar? Têm eles a capacidade de fazê-lo? Sem dúvida que o fazem nas políticas de comércio, por exemplo, mas persistem muitas lacunas no campo do desenvolvimento social.

A cooperação Norte-Sul foi construída sobre uma complexa arquitetura institucional. Ao longo dos anos, organismos multilaterais e bilaterais têm desenvolvido um suporte para a cooperação, com diretrizes para financiamento, especialistas, linhas de pesquisa, escritórios regionais e providências logísticas. No Sul, esta competência em gestão não está sempre presente para facilitar o intercâmbio de melhores práticas em políticas públicas.

A adaptação das políticas públicas de um contexto para outro demanda muita experiência, planejamento, conhecimento do contexto externo e diálogo baseado em expectativas mútuas. Além dos ministérios que trabalhem com política externa, ainda faltam aos países em desenvolvimento os meios para se engajar numa cooperação eficaz. Os políticos de alto nível têm a visão de garantir que todos os países estão em melhor posição na arena global, mas os ministérios competentes ainda se movem lentamente ficando para trás dessa visão.

Considerem-se alguns dos desafios que se avizinham. No Sul, há pouca capacidade sistemática de desenvolvimento para permitir fazer a cooperação, e pouco investimento na expansão da capacidade de cooperar dos governos (Andrade, 2009). Carências de pessoal são comuns e a cooperação internacional fica secundária frente a tantas demandas nacionais. Os arranjos institucionais são insuficientes para sustentar a eficaz e oportuna cooperação com novos parceiros. Por exemplo, o Instituto Mercosul Social, que visa promover a cooperação Sul-Sul, no desenvolvimento social, foi criado apenas no final do ano passado.

A comunicação é também uma barreira. A China é muito chinesa, assim como o Brasil é muito brasileiro e a Índia muito indiana. Isto não quer dizer que cada país não deveria celebrar a sua própria cultura e identidade nacional, mas há uma necessidade fundamental de se relacionar com as experiências dos outros, e não apenas para transmitir a sua própria experiência, mas também para aprender. Geralmente existem barreiras linguísticas. O entendimento da legislação de um país também pode ser um desafio para alguém de outra parte. Existe também uma necessidade de melhorar o fluxo de informações sobre políticas bem sucedidas no Sul. Uma visita aos sites dos ministérios do desenvolvimento social nos países do Sul revela que existe pouca informação disponível, exceto na língua nacional, principalmente dedicada a questões nacionais. Os governos não estão pensando globalmente, a sua audiência permanece nacional.

A cooperação beneficia-se de um processo de duas mãos, a fim de evitar a repetição do diálogo Norte-Sul. Isto significa não só aprender dos países de renda média, mas também daqueles de baixa renda. Tal abordagem está abrindo novas possibilidades de aprendizagem para além das experiências intra-regionais. Existe agora mais do que nunca intercâmbio entre a América Latina e África, e entre a Ásia e a África.

O que nos reserva o futuro? Este processo de aprendizagem sobre outros países do Sul se tornará crucial. Porque programas de transferência de renda funcionam tão bem no Brasil e na África do Sul, mas estão tendo dificuldades para expandir-se em outros países de baixa renda? Como poderia o Chile desenvolver uma base de dados integrada para orientar os beneficiários das políticas sociais, enquanto que em outros países, o fluxo de informação continua tão problemático? Estas questões, explicadas na publicação do CIP, Poverty in Focus sobre transferências de renda, terão de ser abordadas na preparação dos atores globais no Sul.

Conforme emirjam novos doadores, haverá necessidade de um maior vínculo com responsabilização e a opinião pública se tornará cada vez mais importante. Da mesma forma que os cidadãos britânicos e suecos estão preocupados com a forma como é gasto o seu dinheiro nos países recipiendários, assim os cidadãos brasileiros, chineses e sul-africanos vão querer saber o mesmo. Para onde vai todo o esforço em matéria de cooperação? Que resultados estão sendo alcançados? Perguntas como estas, inevitavelmente, surgirão nos países que rapidamente estão se industrializando.

A Cooperação no Sul terá de desenvolver o seu próprio conjunto de conhecimentos, incluindo a concepção, implementação e avaliação de programas de cooperação. Ela também terá de articular uma mensagem coerente e acelerar a execução dos programas como assinalado pela Assembléia Geral da ONU em 2007.

Dado o apetite mundial para promover a cooperação Sul-Sul, os atuais e futuros desafios são cada vez mais evidentes. Até que os países do Sul desenvolvam a capacidade para fazer face a estas restrições, a triangulação ainda será necessária para ajudar a estabelecer vínculos. O que se faz necessário é mais investimento, não só na parte técnica da cooperação, mas também, e, sobretudo, no reforço das capacidades dos países em desenvolvimento para cooperar e transferir conhecimento em áreas para além das “hard policies”. Construir uma configuração multipolar tem os seus custos, e é crucial para criar uma nova arquitetura institucional para dar respaldo a estas emergentes parcerias Sul-Sul.

Referências:

Andrade, Melissa. (2009). 'Africa-Brazil Cooperation on Social Development: Challenges and Perspectives', paper prepared for the conference 'Redefining South-South Cooperation: Africa on the Centre Stage', Mumbai, 23–25 February 2009.

Hailu, Degol e Veras, Fabio (2008). (org.) 'Poverty in Focus', No. 15, August, Brasília, International Poverty Centre.